



Trabalhadores do digital, uni-vos! Os desafios e possibilidades do trabalho digital

Resenha

Grohmann, Rafael (org). Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

Gabrielle Granadeiro da Silveira

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Comunicação e
Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.*



O trabalho a partir de plataformas ou aplicativos tem sido uma das principais fontes de renda de muitos brasileiros nos últimos anos, quadro que se acentuou consideravelmente após a pandemia da Covid-19, que deixou muitas pessoas desempregadas, impediu que outras pudessem trabalhar nas ruas e aumentou a demanda por serviços remotos, especialmente os ligados a *delivery*. Ao menos desde meados da década de 2010 este tipo de trabalho vem chamando a atenção de pesquisadores. Ele se insere em uma área de estudos chamada de “Trabalho digital”, denominada desta forma desde o início da mesma década. Este campo visa compreender as relações entre as tecnologias digitais e o mundo do trabalho. Se a questão das plataformas domina as pesquisas mais recentes, a área emergiu inicialmente com a discussão sobre como as atividades dos usuários de redes sociais poderiam ser classificadas como trabalho.

No Brasil, entre as pesquisas sobre trabalho digital se destacam aquelas realizadas pelo Laboratório de Pesquisa DigiLabour, sob coordenação do professor Rafael Grohmann, da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). O laboratório também produz *newsletter* semanal com artigos, notícias e relatórios sobre o tema, além de realizar entrevistas com pesquisadores da área que são referência no mundo todo. É baseado neste trabalho que o próprio Grohmann organizou “Os laboratórios do trabalho digital”, uma compilação de 38 das mais de 100 entrevistas individuais realizadas pelo mencionado laboratório entre os anos de 2019 e 2020, que foi publicado em 2021 pela editora Boitempo.

O livro se divide em cinco partes, nas quais as entrevistas foram segmentadas por temas, sendo a primeira delas – “Trabalho digital: organização, extração de valor e interseccionalidades” – a mais densa, mas também a que permite uma visão panorâmica sobre o que é o trabalho digital no mundo.

Na primeira entrevista, o sociólogo italiano Antônio Casilli retoma a discussão sobre o microtrabalho presente nas primeiras pesquisas sobre o trabalho digital, além de falar um pouco sobre o cenário francês. Em seguida, o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes e o professor de Informática e Ciências Cognitivas iraniano Hamid Ekbia discutem mais especificamente fatores ligados às mudanças que a digitalização promove

no mundo do trabalho, como as novas formas de extração de valor e exploração capitalista, e como tais alterações se relacionam com a automatização cada vez maior das tarefas, através de conceitos como a “desantropomorfização” de Antunes e a “heteromação” de Ekbia.

A Doutora em Ciências da Comunicação brasileira Roseli Fígaro também se aprofunda na questão da exploração, mas do ponto de vista da comunicação, por acreditar que trabalho e comunicação estão imbricados, logo são explorados simultaneamente.

O pesquisador em Comunicação canadense Alessandro Delfanti descreve o trabalho nos galpões da Amazon e Niels van Doorn, Judy Wajcman, Maud Simonet, Sareeta Amrute, Cheryll Soriano, Gabriella Lukács e Ludmila Costhek Abílio demonstram através de suas pesquisas como toda a extração de valor pertinente ao Trabalho Digital se torna ainda mais intensa quando se trata das minorias, ao apresentar pontuações referentes a gênero, raça, classe e mesmo geografia através da abordagem das populações periféricas.

A segunda parte, “Narrativas do trabalho digital”, é mais voltada para os discursos que perpassam essa nova forma de trabalho. Constatado que dizeres como “o trabalho dignifica o homem”, do sociólogo alemão Max Weber, não possuem mais tanta força em uma sociedade na qual muitos trabalhadores já são capazes de se reconhecer como classe explorada, como convencer as pessoas a trabalhar cada vez mais e com menos direitos?

A pesquisadora em Comunicação do Reino Unido Athina Karatzogianni acredita que houve um movimento que se iniciou com a utopia social, que embasa a economia do compartilhamento, e culminou em um pessimismo social que só concebe as máquinas como capazes de regular a nossa prática social. Já o sociólogo francês Christian Laval retoma o discurso empreendedor fomentado nos primórdios do neoliberalismo como um dos pontos essenciais para o sucesso do trabalho digital. O professor de Administração norte-americano Ronald Purser também resgata a retórica empreendedora, mas aliada à “espiritualidade do *mindfulness*”, em que o autocuidado é utilizado de forma acrítica e individualizante.

Por fim, o sociólogo e pesquisador em Comunicação e Tecnologias do Canadá Vincent Mosco mostra como as cidades e objetos inteligentes (internet das coisas) emergem como o argumento necessário para convencer as pessoas sobre a necessidade de vigilância constante, ainda que a gestão dos dados e informações captados através deste monitoramento fique sob “responsabilidade” e posse de grandes corporações.

A parte três do livro, “Inteligência artificial e trabalho digital”, já começa com o estudioso de Mídias canadense Nick Dyer-Whiteford criticando os entusiastas da regulação social pela inteligência artificial – como os aceleracionistas de esquerda. Para ele, pelo contrário, a inteligência artificial pode permitir que grandes empresas, por deterem toda a infraestrutura necessária aos “empreendimentos capitalistas competitivos”, inaugurem uma nova forma de subsunção, o “capitalismo de inteligência artificial”.

A pesquisadora americana sobre Mídias Sociais Sarah T. Roberts, a canadense que pesquisa Amazon Mechanical Turk Kristy Milland, o pesquisadores em Mídias Digitais brasileiros Bruno Moreschi, Gabriel Pereira, Fabio Cozman e o professor de Design e Mídia alemão Florian A. Schmidt falam sobre os trabalhadores que alimentam e treinam os algoritmos de inteligência artificial, como os moderadores de conteúdo – trabalho que ainda não é feito exclusivamente pelos programas -, e os danos físicos e psicológicos que não apenas as condições de remuneração e ausência de direitos, mas também o trabalho em si, podem causar a eles.

No mesmo bloco de entrevistas, o professor de Comunicação e Computação da Open University Syed Mustafa Ali lembra que o fato de a inteligência artificial ter tido suas bases no pensamento moderno faz com que ela carregue consigo seus valores colonizatórios, justificando o que atualmente é chamado de racismo algorítmico. Para o pesquisador, precisamos passar a entender a inteligência artificial sob esta ótica e não pensar essa “inteligência” do ponto de vista cognitivo geral para que seja possível descolonizar a computação.

Em “Algoritmos, dados e desigualdades”, a discussão proposta no final da parte anterior é aprofundada com a pesquisadora em Comunicação brasileira Fernanda Bruno

relembrando que a racionalidade algorítmica – o pensamento de que as máquinas seriam mais eficientes que humanos no processamento de informações e posterior tomada de decisões – ajuda a invisibilizar o fato de que “a força da racionalidade performativa dos algoritmos não está em descrever ou representar, mas sim em gerar efeitos e produzir realidades (p. 156)”, muitas vezes realidades alinhadas ao pensamento neoliberal.

Na mesma linha de pensamento, o pesquisador em Tecnologias da Universidade Australiana de Monash Jathan Sadowski entende as plataformas como uma forma de poder biopolítico, capaz de conduzir a vida de todas as pessoas através do trabalho constante – já que a extração de valor se dá pela extração de dados em um processo ininterrupto.

O economista britânico Nick Couldry vai além e, compreendendo os dados como um recurso, percebe tal extração como uma nova forma de colonialismo: o colonialismo de dados. Essa extração se dá de forma invisível para o sociólogo francês Jérôme Denis e circula de tal forma porque é encoberta pela criação de todo um imaginário de dados, como aponta o sociólogo inglês David Beer.

A cientista política americana Virginia Eubanks lembra que o setor público contribui para a acentuação das desigualdades sociais quando automatiza seus processos e o professor de Comunicação mexicano Ulises Mejias apresenta a importância de questionar estes processos colonialistas digitais para evitar a expropriação dos direitos humanos que a extração de dados é capaz de proporcionar.

Apesar do viés aparentemente pessimista de algumas das partes anteriores do livro, a quinta e última delas apresenta algumas propostas de resistência não especificamente ao trabalho digital, mas a seu uso como ferramenta exploratória capitalista.

Em “Organização dos trabalhadores e plataformas alternativas”, a engenheira de software de São Francisco Wendy Liu já começa propondo uma revisão marxista para o trabalho digital: se no século XIX era necessário que os trabalhadores se organizassem e tomassem os meios de produção, no século XXI a ideia é trocar a tomada de meios de

produção pela abolição do Vale do Silício, que neste caso representa a fábrica, principalmente para os trabalhadores de tecnologias.

A organização dos trabalhadores, contudo, se mantém imprescindível e, embora pareça difícil conseguir algo assim quando pessoas de uma mesma empresa podem estar espalhadas ao redor do mundo, o sociólogo do trabalho do Reino Unido Jamie Woodcock propõe tentar fomentá-la através da gamificação.

Esclarecer as desigualdades e contradições do trabalho digital é a estratégia do sociólogo francês Sébastien Broca e da pesquisadora da interseção entre mídia digital e cultura material americana Tamara Kneese, investir em práticas autônomas de comunicação a do pesquisador em Comunicação canadense Enda Brophy, criar cooperativas que resistam à cooptação pelo sistema capitalista a da pesquisadora em Industrial Cultural britânica Marisol Sandoval e utilizar plataformas alternativas a do sociólogo austríaco Christian Fuchs, do economista canadense Nick Srnicek e da professora de Estudos Internacionais britânica Ursula Huws.

Ainda que um livro de entrevistas possa parecer pouco proveitoso do ponto de vista acadêmico em um primeiro momento, devido à aparente superficialidade com que os temas podem ser trabalhados, “Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas” conseguem reunir em suas páginas os principais conceitos e discussões que envolvem parte significativa da pesquisa sobre o trabalho contemporâneo. Isso porque mais que apenas as pessoas que trabalham diretamente nas plataformas, todos nós temos ligação com algum tipo de rede social, ferramenta de busca, utilizamos as plataformas para promover encontros ou reuniões, digitar, armazenar e enviar documentos...

O livro também é capaz de reunir alguns dos principais pesquisadores sobre tecnologia da atualidade, muitas vezes como interlocutores das entrevistas e outras sendo citados pelos colegas entrevistados, sempre com as referências correspondentes a seus principais trabalhos. Por isso, ainda que não se deva desprezar seu papel do ponto de vista conteudista, é também uma obra referencial, ponto de partida para aqueles que buscam se aprofundar em cada um dos temas apresentados.

O fato de reunir tantas visões diferentes e, algumas vezes, divergentes – há pesquisadores que defendem e outros que criticam o aceleracionismo, por exemplo – não quer dizer que este seja um livro sem posição. Logo na introdução, Grohmann deixa claro que acredita no trabalho digital como uma nova forma de exploração e intensificação de desigualdades, ainda que não o entenda como o único responsável pelo cenário atual, lembrando que “é preciso olhar também para as inter-relações entre financeirização, neoliberalismo e dataficação (p. 14)”.

No caso brasileiro, por exemplo, ele lembra a contribuição da reforma trabalhista do então presidente Michel Temer, de 2017, para a oficialização de práticas de precarização do trabalho que, embora já fossem vigentes, eram consideradas irregulares até a promulgação da lei. Ainda assim, apresenta uma visão convocatória, não só acreditando na possibilidade de melhorar as condições de trabalho como conclamando os trabalhadores a fazê-lo quando diz que “é imprescindível que os trabalhadores capturem e se reapropriem da própria noção de futuro a partir de projetos que confrontem o cenário atual da plataformização (p. 19)”.

Em seguida, para convencer seus leitores, Grohmann apresenta uma série de iniciativas de lutas por melhores condições do trabalho digital empreendidas por grupos do mundo todo, mostrando que a organização não apenas é possível, como já está em curso. Por isso, é possível concluir que este é um importante referencial acadêmico para quem deseja iniciar suas pesquisas na área do trabalho digital, é um guia necessário para a compreensão do que é o trabalho como um todo na atualidade, mas acima de qualquer outra característica, é também um chamado para a luta.